

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de março de 2018.

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.14. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência

- *Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)*

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- *IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

- *IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia atua no cultivo e comercialização de maçãs, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, configurando-se como uma única obrigação de desempenho. A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto em sua receita e resultado, uma vez que espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

- *IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)*

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil), emitida em janeiro de 2016 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma pode gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido (passivo a descoberto) divulgado pela Companhia.

4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Cirulante				
Caixa	-	6	-	6
Banco conta movimento	59	56	67	59
	<u>59</u>	<u>62</u>	<u>67</u>	<u>65</u>
Não Cirulante				
Aplicações financeiras	-	-	-	300
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Duplicatas a receber	482	1.034	2.259	1.384
Provisão para crédito de liquidação	(446)	(484)	(635)	(665)
	<u>36</u>	<u>550</u>	<u>1.624</u>	<u>720</u>

A partir do 2º trimestre de 2017, a Companhia passou a concentrar o faturamento de vendas na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., ocasionando uma queda nos saldos a receber da controladora em relação ao exercício de 2016.

No consolidado, o aumento nas “Duplicatas a receber”, em comparação ao exercício anterior se deve a uma situação atípica ocorrida nos recebíveis de 2016, onde seus saldos estavam muito abaixo dos níveis normais devido à baixa produção/venda do último trimestre daquele ano.

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
A vencer	18	407	573	460
Vencidas				
Até 30 dias	17	23	466	60
31 a 60 dias	0	109	153	166
61 a 90 dias	1	11	1	33
91 a 180 dias	75	215	495	249
a mais de 180 dias	371	269	571	416
	<u>482</u>	<u>1.034</u>	<u>2.259</u>	<u>1.384</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/dez/16	31/12/2017	31/dez/16
Saldo inicial	(484)	(1.235)	(665)	(2.659)
Adições	(71)	(371)	(87)	(438)
Recuperações	109	1.122	117	2.432
	<u>(446)</u>	<u>(484)</u>	<u>(635)</u>	<u>(665)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Produtos em formação (safra da maçã)	4.375	7.092	4.375	7.092
Material consumo e reposição	1.047	1.625	1.070	2.181
Maçãs próprias	-	140	-	140
Outros	-	357	-	463
	<u>5.422</u>	<u>9.214</u>	<u>5.445</u>	<u>9.876</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa

básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

A queda ocorrida nos saldos de estoques em relação a 31 de dezembro de 2017 é reflexo, substancialmente da devolução de alguns pomares arrendados, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e nº 30).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Cofins	-	-	201	-
IRPJ	133	133	147	222
PIS	-	-	47	-
ICMS	-	1	-	1
CSLL	47	47	56	86
IRRF sobre aplicação financeira	-	14	41	51
Contribuição social sobre lucro	3	3	17	16
	<u>183</u>	<u>198</u>	<u>509</u>	<u>376</u>
Não Circulante				
Cofins	2.170	1.917	3.794	3.541
Pis	650	537	961	849
(-) Provisão de glosas	(846)	(732)	(1.501)	(1.313)
	<u>1.974</u>	<u>1.722</u>	<u>3.254</u>	<u>3.077</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Adiantamento a fornecedores	5.193	10.513	5.278	11.137
Adiantamento de férias	8	41	8	41
Adiantamento de viagens	-	3	-	3
Adiantamento a funcionários	30	45	31	45
Provisão para perdas	(4.830)	(570)	(4.830)	(1.135)
	<u>401</u>	<u>10.032</u>	<u>487</u>	<u>10.091</u>

A queda ocorrida na rubrica “Adiantamento a fornecedores” é reflexo, substancialmente, do término da preparação da safra 2017/2018, e dos correspondentes acertos realizados com os produtores fomentados, realizado com base nas frutas por eles entregues à Companhia. Como resultado desta operação, a Companhia reavaliou sua expectativa de perdas em relação aos adiantamentos realizados, e atualizou sua estimativa de perdas para esses recebíveis.

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Área de 1.234.200,00 m²	-	-	270	-
Área de 2.304.100,00 m²	140	88	140	88
Área de 4.183.669,38 m²	-	2.185	-	2.185
	<u>140</u>	<u>2.273</u>	<u>410</u>	<u>2.273</u>
Não Circulante				
Área de 1.234.200,00 m²	-	-	-	538
Área de 2.172.52,00 m²	-	-	1.900	1.900
Área de 4.183.669,38 m²	1.800	1.800	1.800	1.800
	<u>1.800</u>	<u>1.800</u>	<u>3.700</u>	<u>4.238</u>

Ao longo do exercício, a Companhia regularizou antigas pendências documentais relativas a diversas áreas, e como consequência celebrou acordos de recebimento para quitação dos débitos em aberto, reduzindo de forma significativa o saldo desta rubrica.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	523	167	942
Outros custos a apropriar	92	10	154	46
	<u>92</u>	<u>533</u>	<u>321</u>	<u>988</u>
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	1.317	791	4.058
Outros custos a apropriar	10	19	10	19
	<u>10</u>	<u>1.336</u>	<u>801</u>	<u>4.077</u>

No terceiro trimestre de 2017, houve a rescisão de determinados contratos de arrendamentos de pomares. A medida teve por finalidade adequar o volume de capital de giro nas operações da Companhia aos novos patamares de produção. Desta forma, os saldos de despesas antecipadas relativos aos arrendamentos pagos antecipadamente foram baixados do ativo.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contribuição Social Rural	-	-	929	929
Depósitos Judiciais CVM	117	202	118	203
Depósitos Judiciais Badesco	132	139	165	139
Depósitos para demanda trabalhista	74	32	74	32
	323	373	1.286	1.303

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$3.166 (R\$45 em 2016) registrado na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$3.120 (R\$5.455 dezembro 2016).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.592	17.583	17.592	17.583
	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.592. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia (alienação fiduciária) na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerão somente na quitação efetiva da operação.

15. IMOBILIZADO

Controladora

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	4.763	177	(2.799)	(520)	1.621
Edificações	444	-	(426)	(11)	7
Benfeitorias	443	65	(90)	(61)	357
Culturas Permanentes	2.307	-	(2.080)	(227)	-
Máquinas e Equipamentos	1.357	23	(72)	(174)	1.134
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	120	61	(100)	(25)	56
Móveis e Utensílios	92	28	(32)	(21)	67
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	-	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
Imobilizações em Andamento	-	3	(3)	-	-
Benfeitorias	-	3	(3)	-	-
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
	<u>5.799</u>	<u>180</u>	<u>(3.413)</u>	<u>(545)</u>	<u>2.020</u>

Consolidado

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	18.022	293	(4.548)	(1.957)	11.808
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.499	47	(640)	(366)	6.540
Benfeitorias	934	75	(92)	(115)	802
Culturas Permanentes	4.816	-	(3.825)	(600)	391
Maquinas e Equipamentos	4.359	82	225	(811)	3.854
Veículos e Tratores	205	61	(157)	(36)	72
Camaras Frigorificas	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	145	28	(59)	(29)	85
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	(1)	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
Imobilizações em andamento	129	4	(19)	-	114
Benfeitorias	15	4	(19)	-	-
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
Ajuste Patrimonial	18.039	-	(206)	(1.555)	16.278
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.813	-	(57)	(106)	1.650
Benfeitorias	3	-	-	-	3
Maquinas e Equipamentos	4.628	-	(13)	(774)	3.841
Câmaras Frigorificas	10.414	-	294	(565)	10.143
Veículos e Tratores	595	-	(423)	(107)	65
Móveis e Utensílios	18	-	(7)	(3)	8
	37.226	297	(5.384)	(3.538)	28.599

As baixas significativas ocorridas nas rubricas “Culturas permanentes”, e “Edificações”, estão ligadas à erradicação de pomares e devoluções de terras arrendadas, conforme mencionado nas notas explicativas nº7 e nº11.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	1.600	10.328	-	-
Fornecedores matriz	4.333	4.732	4.789	5.456
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	15	4	22
Provisão para juros sobre titulos em atraso	127	52	180	59
Outros Fornecedores	-	1	-	1
	6.060	15.128	4.973	5.538

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Nas rubricas de fornecedores, são registrados também os valores devidos aos “Produtores Fomentados”, onde a Companhia, em atendimento aos preceitos do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e

ativos contingentes, considera a obrigação a pagar resultante da diferença entre o preço médio apurado nas maçãs efetivamente vendidas de seus produtores fomentados *versus* os preços médios praticados no mercado.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante					
BRDE - Renegociação	TR	-	-	38.918	40
Duplicatas Descontadas/ Sfra	Mercado	-	340	905	700
NBC Bank	14,74%	-	97	-	97
Saldo Bancario Devedora	NT	72	65	72	65
Fidc Empirica SIFRA	Mercado	2.038	1.575	2.038	1.575
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	31	29	31	29
B. Daycoval S/A	CDI	2.121	2.000	2.121	2.000
B. Daycoval S/A	CDI	32	3	32	3
		4.294	4.109	44.117	4.509
Não Circulante					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	29	-	29	-
BRDE - Renegociação	TJLP + juros	17.812	15.920	17.812	52.701
		17.841	15.920	17.841	52.701

Em linhas gerais, o aumento verificado nos números consolidados de empréstimos e financiamentos está relacionado aos seguintes aspectos: descontos de duplicatas realizados pela Controladora junto ao Banco Sifra e utilização de crédito de conta garantida junto ao Banco Daycoval (também pela controladora).

A seguir, detalhamos outros aspectos relativos aos empréstimos e financiamentos da Companhia e de sua controlada:

Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

No exercício de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), seu principal credor. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus em caso adimplemento.

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomi Frutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: : (a) subcrédito “A”, no valor de R\$ 23,35 milhões, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento de R\$ 0,50 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos de principal até dezembro de 2018, e, bônus de adimplemento de R\$ 0,40 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos do principal até o final de 2019; e (b) sub-crédito “B”, no valor de R\$ 13,3 milhões, com vencimento final em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito “A” representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito “B”; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomi Frutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, esperava a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia estivesse totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito “A” até 31/12/2018, isso poderia representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito “A” e do “B”).

A partir do último trimestre de 2017, a Companhia ficou inadimplente com o pagamento das parcelas deste empréstimo, o que resultou na reclassificação desta obrigação para o passivo circulante, visto que, conforme termos contratuais pactuados, o inadimplemento das parcelas tornaria a dívida automaticamente vencida.

Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

18. FINANCIAMENTOS PESA

Controladora

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	5.218	4.621	597
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	1.000	898	102
BRADERCO 2000/80	Imóveis	IGPM +4,57%	2020	6.395	4.554	1.841
BANCO DO BRASIL - BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	7.822	4.617	3.205
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM +3%	2022	63	-	63
BRDE 2.11633018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	9.178	6.687	2.491
BRDE 2.11054018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2021	5.199	4.634	565
BRDE 10771Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	95	72	23
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	94	72	22
TOTAL				35.064	26.155	8.909

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BRADERCO 80001	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	16.832	15.133	1.699
BADESC 930841-00-0	Imóveis	IGPM +4,57%	2018	1.195	1.078	117
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM +4,57%	2022	9.577	5.543	4.034
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	15.809	12.081	3.728
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	4.737	2.716	2.021
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	6.899	3.966	2.933
TOTAL				55.049	40.517	14.532
Total Consolidado				90.113	66.672	23.441

Os juros devidos relativos a este programa foram integralmente adimplidos pela Companhia durante o exercício de 2017.

19. SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Salários	200	664	204	667
Rescisões	329	1	329	1
FGTS	594	141	599	143
INSS	115	106	125	109
Provisões e encargos	402	918	425	935
	<u>1.640</u>	<u>1.830</u>	<u>1.682</u>	<u>1.855</u>

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS - PARCERLAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
INSS	-	1.589	-	1.633
FGTS	326	215	326	215
PERT	52	-	49	-
IRRF	-	-	(3)	(3)
Acordos de rescisões	<u>2.457</u>	<u>-</u>	<u>2.482</u>	<u>-</u>
	<u>2.835</u>	<u>1.804</u>	<u>2.854</u>	<u>1.845</u>
Não circulante				
INSS	-	2.828	-	2.843
FGTS	-	487	-	487
Acordos de rescisões	<u>895</u>	<u>-</u>	<u>895</u>	<u>-</u>
	<u>895</u>	<u>3.315</u>	<u>895</u>	<u>3.330</u>

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido, parcialmente, os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que referem-se, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

No último trimestre de 2017, após consolidação final dos débitos, a Companhia e sua controlada baixaram contabilmente a totalidade dos débitos previdenciários devidos, utilizando-se de prejuízos fiscais, contudo, até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, ainda aguardava a homologação de seus pleitos.

Acordos de rescisões

A Companhia celebrou acordos trabalhistas para pagamentos das verbas rescisórias, o que aumentou significativamente seu passivo de obrigações trabalhistas. Os acordos celebrados possuem vencimentos diversos, sendo que alguns foram parcelados em 10 vezes e outros em até 18 vezes, motivando uma segregação dessas obrigações entre circulante e não circulante.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
ICMS	52	51	52	51
IRPJ/CSLL	60	-	64	103
ISS/PTU	112	40	112	40
	<u>224</u>	<u>91</u>	<u>228</u>	<u>194</u>
Não circulante				
ICMS	327	343	327	343
IRPJ/CSLL	213	-	213	788
ISS/PTU	277	-	277	-
	<u>817</u>	<u>343</u>	<u>817</u>	<u>1.131</u>

22. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	27.725	21.092	-	-
Débitos com acionistas	2.979	2.473	2.979	2.473
Mútuo com diretores	-	-	15	-
	<u>30.704</u>	<u>23.565</u>	<u>2.994</u>	<u>2.473</u>

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas

Ao longo do exercício de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2.979. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Circulante</u>				
Arrendamentos	694	823	870	1.017
Processos a Pagar	16	266	16	266
Litígio CAM	236	236	236	236
Outros	1.204	863	1.226	873
	<u>2.150</u>	<u>2.188</u>	<u>2.348</u>	<u>2.392</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Não Circulante</u>				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	457	1.334	3.516
	<u>4.000</u>	<u>4.457</u>	<u>8.874</u>	<u>11.056</u>

A rubrica “Arrendamentos” demonstra o efeito de redução obtido com a baixa dos arrendamentos, conforme explicado na nota explicativa nº11.

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências trabalhistas	136	148	140	169
Contingências cíveis	400	184	550	365
Contingências tributárias	653	654	653	655
	<u>1.189</u>	<u>986</u>	<u>1.343</u>	<u>1.189</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2017, existe o montante de R\$6.300 mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

24.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

<u>Contingências Trabalhistas</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	148	169
Constituição	159	159
Reversões	(171)	(188)
Saldo em 31/12/17	<u>136</u>	<u>140</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 02 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

24.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	184	365
Constituição	279	279
Reversões	(63)	(94)
Saldo em 31/12/17	<u>400</u>	<u>550</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 19 ações cíveis, sendo que (08 possíveis, 03 remotas, 02 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (02 remota e 03 possíveis, 01 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$400 e R\$550, respectivamente.

24.3. Contingências tributárias

<u>Contingências Tributárias</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	654	655
Constituição	-	-
Reversões	(1)	(2)
Saldo em 31/12/17	<u>653</u>	<u>653</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

25. PASSIVO A DESCOBERTO

25.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

25.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro 2017 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no período.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

27. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Venda de mercadorias	30.927	34.734	42.937	43.831
Venda de polpa	-	199	-	229
Venda de mercadorias - exportação	2.334	339	2.334	1.286
Venda de serviços	506	1.938	513	2.004
Receita bruta	33.767	37.210	45.783	47.350
Devoluções e abatimentos	(107)	(257)	(118)	(742)
Impostos	(935)	(1.087)	(935)	(1.098)
Deduções	(1.042)	(1.344)	(1.053)	(1.840)
RECEITA LÍQUIDA	32.725	35.866	44.730	45.510
Custo das mercadorias e serviços	(33.399)	(37.926)	(49.154)	(48.701)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(674)	(2.060)	(4.424)	(3.191)

Embora a Companhia tenha comercializado, ao longo de 2017, um número maior de frutas em comparação ao ano anterior, o preço médio da fruta vendida foi muito inferior ao preço médio praticado em 2016. Dessa forma, houve uma retração significativa das receitas da Companhia, porém os custos não tiveram uma redução proporcional, visto que houve um gasto mais elevado com o packing e demais despesas correlatas para armazenamento das frutas, uma vez que a quantidade produzida em 2017 foi substancialmente maior.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Custos e gastos com pessoal	(2.794)	(2.727)	(2.967)	(3.070)
Consultorias, auditorias e assessorias	(597)	(356)	(598)	(363)
Despesas legais	(539)	(284)	(550)	(308)
Insumos e manutenção	(69)	(156)	(95)	(177)
Tributos federais, estaduais e municipais	(454)	(151)	(663)	(484)
Multas e Juros sobre tributos	(23)	(75)	(79)	(189)
Despesas com viagens	(262)	(219)	(262)	(219)
Serviço terceiros	(79)	(33)	(80)	(48)
Serviço terceiros advocatícios	(354)	(81)	(370)	(99)
Depreciação e amortização	(40)	(37)	(61)	(67)
Frete e carretos	(88)	37	(88)	39
Mensalidades e anuidades	(171)	(115)	(293)	(351)
Avisos e publicações	(64)	(59)	(64)	(59)
Outros	(124)	(33)	(198)	(440)
	<u>(5.658)</u>	<u>(4.289)</u>	<u>(6.368)</u>	<u>(5.835)</u>

29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	30/set/16
Honorários advocatícios e processos CAM	(227)	(793)	(227)	(793)
Reapresentação ITR 2015	-	(112)	-	(112)
Ajuste quadro de pessoal	-	(790)	-	(790)
Processos a Pagar	-	(316)	-	(316)
Baixa Prescrição Saçdp ICMS	-	(394)	-	(394)
Outros	-	(264)	-	(264)
	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no exercício de 2015 e 2016.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Reversao (constituição) de provisoes com glosas	(114)	658	(189)	486
Constituição de provisao para contingencias	(217)	410	(185)	253
Recuperação de despesas	308	338	404	344
Despesas tributarias (i)	(151)	-	(587)	-
Redução PRT (ii)	2.425	-	3.103	-
Erradicacao de Pomares (iii)	(2.531)	-	(2.531)	-
Provisao processos produtores 2017/2018 (iv)	(4.830)	-	(4.830)	-
Provisao Processos Nobre seguradores	(265)	-	(265)	-
Venda/Baixa de Imobilizado (iii)	(2.307)	(272)	(3.251)	1.317
Outras	(611)	(1.127)	(578)	(1.885)
	<u>(8.293)</u>	<u>6</u>	<u>(8.909)</u>	<u>515</u>

(i) A rubrica “Despesas tributárias” refere-se a provisão de PIS / COFINS sobre CTN’s e juros e multas sobre o parcelamento especial PRT.

(ii) A rubrica “Redução PRT” demonstra o efeito de redução obtida com a utilização de prejuízos fiscais de bases negativas, decorrentes da adesão a programas de parcelamentos.

(iii) Nas rubricas “Erradicação de Pomares” e “Venda / Baixa de Imobilizado”, foram registradas as baixas contábeis oriundas do encerramento antecipado de determinados contratos de arrendo, conforme comentado na nota explicativa nº11.

(iv) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia esta tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2016/2017, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Resultado financeiro PESA</u>				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	3.731	3.911	10.340	9.972
	<u>3.731</u>	<u>3.911</u>	<u>10.340</u>	<u>9.972</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(1.449)	(2.086)	(4.348)	(5.572)
	<u>(1.449)</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(4.348)</u>	<u>(5.572)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Outros resultados financeiros</u>				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Redução Juros e Multas PRT/Refis Municipal (i)	1.350	-	1.681	-
Juros ativos	713	40	718	256
Outras receitas financeiras	248	115	249	122
	<u>2.311</u>	<u>155</u>	<u>2.649</u>	<u>378</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com custeio e financiamentos	(2.591)	(2.615)	(5.191)	(8.712)
Juros passivos	(940)	(1.040)	(1.097)	(948)
Despesas descontos duplicatas	(721)	(669)	(945)	(836)
Outras despesas financeiras	(722)	(170)	(388)	(379)
	<u>(4.974)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>(7.620)</u>	<u>(10.875)</u>
Total Liquido	<u>(382)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>1.021</u>	<u>(6.097)</u>

(i) Redução dos Juros e Multas PRT/Refis Municipal - vide nota explicativa nº20

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

32.1 Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

32.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

32.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 16 e 17. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

32.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2017
Seguro Predial	Danos Materiais	-	47.300	26/05/2018
Seguro Agrícola	Agrícola	363.188	521.252	31/05/2018
Seguro Veículos	Danos Materiais	-	6.255	09/03/2018
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	19.450	19.450	29/09/2018

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

34. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Kassardjian – Presidente
Rogerio Pereira de Oliveira

Doris Beatriz França Wilhelm
Gelmir Antonio Bahr

35. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADEÇÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 29/10/2015

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pedido de Recuperação Judicial

Conforme fatos relevantes publicados em 24 e 25 de janeiro de 2018, a Companhia informa que a Pomi Frutas S.A. (Em recuperação judicial) e a sua subsidiária Pomifrai Fruticultura S.A., com o precípua objetivo de se reestabelecer econômico e financeiramente, viabilizar o fechamento do ciclo de custeio da safra 2017/2018 a ser colhida, bem como repactuar obrigações com seus credores, requereram conjuntamente a sua recuperação judicial no dia 25 de janeiro de 2018 (processo n. 0300188-72.2018.8.24.0024, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Marcos Kassardjian

Diretor

Luís Antônio Lopez Quintañs

Diretor de Relações com Investidores